

## Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Centro-Serrano em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

### 1. Política Operacional

Em 2018, o Sicoob Centro-Serrano completou 30 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

### 2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a dez/2018	Jan a Dez/2017	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	61.920	51.774	19,60
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	36.264	33.881	7,03
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	8.977	4.858	84,79
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	22.151	17.261	28,33
Receitas com Ato Não Cooperativo	9.901	7.630	29,76
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	42.314	38.984	8,54
Despesas Tributárias	1.180	937	25,93
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	5.334	5.981	-10,82
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	21.017	24.984	-15,88
Juros ao Capital	5.487	7.594	-27,75
Sobras brutas do exercício	30.159	25.076	20,27

Contribuíram para compor as sobras do exercício de 2018:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 28,33%, o resultado da intermediação financeira aumentou 19,60% e a receitas com ato não cooperativo aumentou 29,76% em relação ao mesmo período de 2017.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2017, foi de 8,54%.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foram de 52,35%, 8,07% maior comparado com o exercício de 2017.

A sobra bruta em 31/12/2018 da Cooperativa cresceu 20,27% se comparado com o exercício de 2017.

2.2) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Ativos Totais	873.047	781.499	11,71
Centralização Financeira	328.661	288.459	13,94
Carteira de Crédito	553.910	491.555	12,69
Depósitos	517.036	460.119	12,37
Patrimônio Líquido	161.441	136.955	17,88
Patrimônio de Referência (PR)	147.820	136.938	7,95

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2018:

O total de ativos atingiu R\$ 873.047 mil ao final do exercício de 2018, com crescimento de 11,71% em relação ao exercício anterior.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 31/12/2018 o saldo de R\$ 328.661 tendo assim um crescimento no mesmo período em 2017 de 13,94%.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 553.910 mil, com crescimento de 12,69% em relação a 31 de dezembro de 2017.

Os depósitos obtiveram um aumento de 12,37% considerando o mesmo período de 2017, atingindo no final do exercício de 2018 o montante de R\$ 517.036 mil.

O patrimônio líquido cresceu 17,88% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 161.441 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	31/12/2018			31/12/2017			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	140.617	15.830	156.447	147.429	11.802	159.231	-2.784	-1,75%
Empréstimos	101.591	255.188	356.779	85.248	204.703	289.951	66.828	23,05%
Títulos descontados	4.931	20.754	25.685	4.354	25.115	29.469	-3.784	-12,84%
Conta Corrente	5.220	9.779	14.999	4.960	7.944	12.904	2.095	16,24%
Total	252.359	301.551	553.910	241.991	249.564	491.555	62.355	12,69%

### 3) Pessoas

Contávamos com 213 colaboradores no final do exercício de 2018. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 16.491 mil.

### 4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2018, houve uma concentração de 83,26% nos níveis de risco "AA" a "C".

### 5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

### 6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

### 7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

### 8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob.

No exercício de 2018, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 80 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 45 foram classificadas procedentes e com exceção de 02 demandas todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

### 9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Santa Maria de Jetibá – ES, 31 de dezembro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

## Balço Patrimonial (em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>		<b>652.529</b>	<b>591.132</b>
Disponibilidades	3.(u)	3.958	2.545
Títulos e Valores Mobiliários	4	2.114	813
Carteira Própria		2.114	813
Relações Interfinanceiras	5	328.661	288.459
Centralização Financeira - Cooperativas	3.(u)	328.661	288.459
Operações de Crédito	6	308.725	291.460
Empréstimos e Títulos Descontados		213.849	188.623
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		118.535	120.625
(-) Provisão para Operações de Crédito		(23.659)	(17.788)
<b>Outros Créditos</b>	<b>7</b>	<b>4.963</b>	<b>3.870</b>
Credito por Avais e Fiança Honorados		1.286	1.275
Rendas a Receber		2.643	2.330
Diversos		1.981	1.130
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	7.(b)	(947)	(865)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>8</b>	<b>4.108</b>	<b>3.985</b>
Outros Valores e Bens		3.703	3.952
(-) Provisão para Desvalorizações		(429)	(10)
Despesa Antecipada		834	43
<b>Não Circulante</b>		<b>220.518</b>	<b>190.367</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>193.560</b>	<b>167.685</b>
Títulos e Valores Mobiliários	5	-	4.834
Carteira Própria		-	4.834
Operações de Crédito	6	191.503	160.839
Empréstimos e Títulos Descontados		183.614	143.701
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		37.912	38.606
(-) Provisão para Operações de Crédito		(30.023)	(21.468)
<b>Outros Créditos</b>		<b>2.057</b>	<b>2.012</b>
Diversos	7.(a)	2.057	2.012
<b>Permanente</b>		<b>26.958</b>	<b>22.682</b>
<b>Investimentos</b>	<b>9</b>	<b>19.157</b>	<b>16.723</b>
Participação em Cooperativa Central de Credito		11.701	10.104
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		7.456	6.619
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>10</b>	<b>7.720</b>	<b>5.864</b>
Imóveis de Uso		2.723	2.723
Outras Imobilizações de Uso		12.003	9.268
(-) Depreciação Acumulada		(7.006)	(6.127)
<b>Intangível</b>	<b>10.1</b>	<b>81</b>	<b>95</b>
Ativos Intangíveis		691	643
(-) Amortização Acumulada		(610)	(548)
<b>TOTAL</b>		<b>873.047</b>	<b>781.499</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>642.055</b>	<b>586.043</b>
<b>Depósitos</b>	<b>11</b>	<b>516.513</b>	<b>460.119</b>
Depósito à Vista		138.912	98.094
Depósito Sob Aviso		5.884	6.100
Depósito a Prazo		371.717	355.925
<b>Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias</b>	<b>11.1</b>	<b>7.351</b>	<b>-</b>
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegocio		7.351	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>92.918</b>	<b>100.975</b>
Repasse Interfinanceiros	12	92.908	100.975
Correspondentes		10	-
<b>Relações Interdependências</b>	<b>13</b>	<b>3.633</b>	<b>6.233</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.633	6.233
<b>Obrigações Por Empréstimos</b>	<b>12.1</b>	<b>4.985</b>	<b>4.985</b>
Empréstimos no País - Outras Instituições		4.985	4.985
<b>Obrigações Por Repasses do País - Instituições Oficiais</b>		<b>-</b>	<b>24</b>
Outras Instituições		-	24
<b>Outras Obrigações</b>		<b>16.655</b>	<b>13.707</b>
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	14.1	258	204
Sociais e Estatutárias	14.2	5.988	6.176
Fiscais e Previdenciárias	14.3	991	997
Diversas	14.4	9.418	6.330
<b>Não Circulante</b>		<b>69.551</b>	<b>58.501</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>			
<b>Depósitos</b>	<b>11</b>	<b>523</b>	<b>-</b>
Depósito a Prazo		523	-
<b>Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias</b>	<b>11.1</b>	<b>23.138</b>	<b>9.573</b>
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegocio		23.138	9.573
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>12</b>	<b>43.771</b>	<b>46.883</b>
Repasse Interfinanceiros		43.771	46.883
<b>Outras Obrigações</b>		<b>2.119</b>	<b>2.045</b>
Diversas	27	2.119	2.045
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>161.441</b>	<b>136.955</b>
<b>Capital Social</b>	<b>16</b>	<b>90.198</b>	<b>81.695</b>
De Domiciliados no País		90.708	82.106
(-) Capital a Realizar		(510)	(411)
<b>Reserva de Sobras</b>		<b>61.841</b>	<b>48.341</b>
<b>Sobras Acumuladas</b>		<b>9.402</b>	<b>6.919</b>
<b>TOTAL</b>		<b>873.047</b>	<b>781.499</b>

### Demonstrações de Sobras ou Perdas (em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM. 2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ingressos da Intermediação Financeira</b>	<b>19.1</b>	<b>50.241</b>	<b>96.265</b>	<b>94.753</b>
Operações de Crédito		50.139	96.009	93.791
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	4.1	102	256	962
<b>Dispêndios da Intermediação Financeira</b>	<b>20.1</b>	<b>(36.122)</b>	<b>(70.609)</b>	<b>(76.860)</b>
Operações de Captação no Mercado	11.b	(13.127)	(25.831)	(33.632)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	12.2	(4.149)	(8.514)	(9.347)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos		(18.846)	(36.264)	(33.881)
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>		<b>14.119</b>	<b>25.656</b>	<b>17.893</b>
<b>Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais</b>		<b>2.926</b>	<b>7.098</b>	<b>8.336</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		6.622	13.024	10.387
Rendas (Ingressos) de Tarifas		5.009	9.127	6.874
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(8.440)	(16.491)	(16.253)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	5.1	(10.719)	(20.891)	(19.348)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(610)	(1.180)	(937)
Ingressos de Depósitos Interooperativos		10.907	21.017	24.984
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	19	3.629	7.424	6.012
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	20	(3.472)	(4.932)	(3.383)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>17.045</b>	<b>32.754</b>	<b>26.229</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>21</b>	<b>(525)</b>	<b>(505)</b>	<b>(31)</b>
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>16.520</b>	<b>32.249</b>	<b>26.198</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Participações nos Resultados de Empregados		(1.007)	(2.090)	(1.122)
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>		<b>15.513</b>	<b>30.159</b>	<b>25.076</b>
<b>Destinações legais e Estatutárias</b>			<b>(15.270)</b>	<b>(10.563)</b>
F.A.T.E.S.			(1.770)	(1.050)
Reserva Legal			(13.259)	(9.513)
Fundo de Investimento Social - FIS			(241)	-
<b>Resultado antes do Juros ao Capital</b>			<b>14.889</b>	<b>14.513</b>
Juros ao Capital	18		(5.487)	(7.594)
<b>Sobras / Perdas Líquidas</b>			<b>9.402</b>	<b>6.919</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reserva de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatutárias		
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>75.555</b>	<b>(323)</b>	<b>38.828</b>		<b>3.100</b>	<b>117.160</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>						
.. Ao Capital	3.072				(3.072)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(28)	(28)
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	2.973	(88)				2.885
Por Devolução (-)	(5.209)					(5.209)
Estorno de Capital	(112)					(112)
<b>Reversões de Reservas</b>						
Sobras ou Perdas Líquidas					25.076	25.076
Provisão de Juros ao Capital					(7.594)	(7.594)
Subscrição do Juros ao Capital	7.594					7.594
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.436)					(1.436)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(177)					(177)
IRRF sobre Juros ao Capital	(154)					(154)
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>						
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>						
.. Fundo de Reserva			9.513		(9.513)	-
.. F A T E S					(865)	(865)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>82.106</b>	<b>(411)</b>	<b>48.341</b>		<b>6.919</b>	<b>136.955</b>
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>82.106</b>	<b>(411)</b>	<b>48.341</b>		<b>6.919</b>	<b>136.955</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>						
.. Ao Capital	6.849				(6.849)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados	(121)				(70)	(191)
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	3.083	(99)				2.984
Por Devolução (-)	(5.587)					(5.587)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)						-
Sobras ou Perdas Líquidas					30.159	30.159
Provisão de Juros ao Capital					(5.487)	(5.487)
Subscrição do Juros ao Capital	5.487					5.487
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.039)					(1.039)
IRRF sobre Juros ao Capital	(70)					(70)
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>						
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>						
.. Fundo de Reserva			13.259		(13.259)	-
.. Fundo de Investimento Social				241	(241)	-
.. F A T E S					(1.206)	(1.206)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>90.708</b>	<b>(510)</b>	<b>61.600</b>	<b>241</b>	<b>9.402</b>	<b>161.441</b>
<b>Saldos em 30/06/2018</b>	<b>87.682</b>	<b>(477)</b>	<b>48.341</b>		<b>11.975</b>	<b>147.521</b>
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	1.502	(33)				1.469
Por Devolução (-)	(2.769)					(2.769)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(85)					(85)
<b>Reversões de Reservas</b>						
Sobras ou Perdas Líquidas					15.513	15.513
Provisão de Juros ao Capital					(2.816)	(2.816)
Subscrição do Juros ao Capital	5.487					5.487
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.039)					(1.039)
IRRF sobre Juros ao Capital	(70)					(70)
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>						
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>						
.. Fundo de Reserva			13.259		(13.259)	-
.. Fundo de Investimento Social				241	(241)	-
.. F A T E S					(1.206)	(1.206)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>90.708</b>	<b>(510)</b>	<b>61.600</b>	<b>241</b>	<b>9.402</b>	<b>161.441</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2018	12/31/2018	12/31/2017
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações</b>	<b>16.520</b>	<b>32.249</b>	<b>26.198</b>
Participações nos Resultados de Empregados	(1.007)	(2.090)	(1.122)
Depreciações e Amortizações	585	1.136	1.211
Provisão de Juros ao Capital	(2.816)	(5.487)	(7.594)
Provisão para perda com operações de crédito	18.846	36.264	33.881
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(822)	(767)
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	-	36	-
	<b>32.128</b>	<b>61.286</b>	<b>51.807</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	1.916	3.533	10.454
Relações Interfinanceiras	274	-	-
Operações de Crédito	(49.072)	(84.192)	(55.979)
Outros Créditos	(177)	(1.138)	511
Outros Valores e Bens	(44)	(124)	(535)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Vista	30.371	40.819	33.673
Depósitos sob Aviso	(123)	(216)	52
Depósitos a Prazo	(9.251)	16.314	52.817
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	6.815	20.916	9.573
Outras Obrigações	440	3.023	2.307
Relações Interfinanceiras	(6.754)	(11.170)	852
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(24)	960
Relações Interdependências	3.547	(2.600)	(6.903)
Resultado de exercícios Futuros	(30)	-	-
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>10.040</b>	<b>46.427</b>	<b>99.589</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Recebimento Dividendos	-	822	767
Aplicação no Intangível	(46)	(47)	(19)
Inversões em Imobilizado de Uso	(2.586)	(2.967)	(716)
Inversões em Investimentos	(1.597)	(2.434)	(1.075)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(4.229)</b>	<b>(4.626)</b>	<b>(1.043)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	1.469	2.984	2.885
Devolução de Capital à Cooperados	(2.769)	(5.587)	(5.209)
Estorno/Cancelamento de Capital	(85)	(121)	(112)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(70)	(28)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(564)	(564)	(185)
FATES Sobras Exercício	(1.206)	(1.206)	(865)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	-	-	(177)
Subscrição do Juros ao Capital	5.487	5.487	7.594
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.039)	(1.039)	(1.436)
IRRF sobre Juros ao Capital	(70)	(70)	(154)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>1.223</b>	<b>(186)</b>	<b>2.313</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>7.034</b>	<b>41.615</b>	<b>100.859</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>			
No Início do Período	325.585	291.004	190.145
No Fim do Período - nota 3.(u)	332.619	332.619	291.004
<b>Varição Líquida das Disponibilidades</b>	<b>7.034</b>	<b>41.615</b>	<b>100.859</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Notas Explicativas (em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$)

#### 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO CENTRO-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO-SERRANO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 29/09/1988, filiada à COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CENTRO-SERRANO possui 12 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES, ITAGUAÇU - ES, ITA-RANA - ES, SANTA TERESA - ES, BAIXO GUANDU - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, SANTA LEOPOLDINA - ES, SÃO ROQUE DO CANAÃ - ES, VILA VELHA - ES.

O SICOOB CENTRO-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

#### 3. Resumo das principais práticas contábeis

##### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

##### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

##### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

##### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

##### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da

**Notas Explicativas** (em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$)

provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

**f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

**g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

**h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

**j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

**l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

**m) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**n) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**p) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

**q) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

**r) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**s) Valor recuperável de ativos – impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**t) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2018.

**u) Caixa e equivalente de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	3.958	2.545
Relações interfinanceiras - centralização financeira	328.661	288.459
TOTAL	332.619	291.004

**4. Títulos e valores mobiliários**

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa – Circulante	2.114	813
Título De Renda Fixa – Não Circulante	-	4.834
TOTAL	2.114	5.647

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

**4.1 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros**

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rdc - pós-fixado	256	962
TOTAL	256	962

**5. Relações interfinanceiras**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	328.661	288.459
TOTAL	328.661	288.459

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

5.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2018 no montante de R\$ 21.017 mil (31/12/2017 – R\$ 24.984 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Interooperativos".

**6. Operações de crédito**

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	661	-	661	609
Empréstimos	170.756	152.760	323.516	273.795
Títulos Descontados	25.685	-	25.685	29.469
Financiamentos	16.747	30.854	47.601	28.451
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	118.535	37.912	156.447	159.231
Total das Operações Crédito	332.384	221.526	553.910	491.555
(-) Provisões para Operações de Crédito	-23.659	-30.023	-53.682	-39.256
TOTAL	308.725	191.503	500.228	452.299

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	4.267	1	320	221	4.809	-	6.934	-
A 0,5% Normal	69.149	545	15.106	22.521	107.321	-537	70.534	-353
B 1% Normal	110.132	3.080	17.607	90.547	221.366	-2.214	221.052	-2.211
B 1% Vencidas	2.806	115	474	346	3.741	-37	1.017	-10
C 3% Normal	68.579	7.507	10.921	30.302	117.309	-3.519	106.940	-3.208
C 3% Vencidas	4.909	168	343	1.220	6.640	-199	5.566	-167
D 10% Normal	12.216	1.348	1.563	4.763	19.890	-1.989	24.973	-2.497
D 10% Vencidas	6.554	125	34	335	7.048	-705	11.229	-1.123
E 30% Normal	11.019	449	427	1.615	13.510	-4.053	6.758	-2.027
E 30% Vencidas	2.760	159	385	201	3.505	-1.051	5.338	-1.601
F 50% Normal	8.806	236	48	957	10.047	-5.023	4.789	-2.395
F 50% Vencidas	4.069	60	60	930	5.119	-2.560	3.153	-1.577
G 70% Normal	4.022	58	-	374	4.454	-3.118	2.339	-1.637
G 70% Vencidas	1.125	56	58	342	1.581	-1.107	1.611	-1.128
H 100% Normal	9.536	171	178	873	10.758	-10.758	10.974	-10.974
H 100% Vencidas	14.914	921	77	900	16.812	-16.812	8.348	-8.348
Total Normal	297.726	13.395	46.170	152.173	509.464	-31.211	455.293	-25.302
Total Vencidos	37.137	1.604	1.431	4.274	44.446	-22.471	36.262	-13.954
Total Geral	334.863	14.999	47.601	156.447	553.910	-53.682	491.555	-39.256
Provisões	-44.181	-1.914	-1.347	-6.240	-53.682		-39.256	
Total Líquido	290.682	13.085	46.254	150.207	500.228		452.299	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	661	-	-	661
Cheque Especial/Conta garantida	14.338	-	-	14.338
Empréstimos	38.597	117.821	152.760	309.178
Títulos Descontados	24.350	1.335	-	25.685
Financiamentos	4.380	12.367	30.854	47.601
Financiamentos Rurais	29.604	88.931	37.912	156.447
TOTAL	111.930	220.454	221.526	553.910

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.922	118.872	7.841	-	130.635	24%
Setor Privado - Indústria	491	18.104	4.326	-	22.921	4%
Setor Privado - Serviços	5.183	106.435	8.230	3.118	122.966	22%
Pessoa Física	5.220	101.591	4.931	140.617	252.359	46%
Outros	183	11.777	357	12.712	25.029	4%
TOTAL	14.999	356.779	25.685	156.447	553.910	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	39.256	37.622
Constituições	36.186	34.285
Transferência para prejuízo	(21.760)	(32.651)
TOTAL	53.682	39.256

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	11.419	2,00%	9.627	2,00%
10 Maiores Devedores	69.934	13,00%	57.568	12,00%
50 Maiores Devedores	155.761	28,00%	135.874	28,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	78.728	50.990
Valor das operações transferidas no período	21.760	32.651
Valor das operações recuperadas no período	(8.977)	(4.858)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(110)	(55)
TOTAL	91.401	78.728

**7. Outros créditos**

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honorados	1.286	1.275
Rendas a Receber	2.643	2.330
Rendas Serviços arrecadação de convênios	571	470
Rendas da Centralização da Administração Financeira	1.703	1.617
Outras Rendas a Receber	369	243
Diversos	4.038	3.142

Notas Explicativas (em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$)

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento e Antecipações salariais	142	102
Adiantamentos para pagamentos de Nossa Conta	1	1
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	134	5
Devedores por Compra de Valores e Bens	80	-
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	2.057	2.012
Impostos e Contribuições a Compensar	724	542
Pagamentos a Ressarcir	349	2
Títulos e Crédito a Receber	436	296
Devedores Diversos - País	115	182
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	-947	-865
TOTAL	7.020	5.882

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 328 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 1.729 mil). Classificados no ativo Não Circulante e melhor detalhado na nota 27.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio	3.668	3.887
Material em Estoque	35	65
(Provisões para Desvalorizações)	-429	-10
Despesas Antecipadas	834	43
TOTAL	4.108	3.985

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	11.701	10.104
Participações inst financ controlada coop crédito	7.456	6.619
TOTAL	19.157	16.723

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	1.119	-	
Terrenos	81	81	
Edificações	2.642	2.642	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	-771	-671	
Instalações	4.361	3.414	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-2.297	-1.896	
Móveis e equipamentos de Uso	2.936	2.670	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-1.539	-1.354	
Sistema de Comunicação	228	205	20%
Sistema de Processamento de Dados	2.410	2.081	10%
Sistema de Segurança	731	727	10%
Sistema de Transporte	218	171	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-2.399	-2.206	
TOTAL	7.720	5.864	

As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10.1 Intangíveis

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Software e Direito de Uso	691	643	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(610)	(548)	
TOTAL	81	95	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	138.912	98.094
Depósito Sob Aviso	5.884	6.100
Depósito a Prazo	372.240	355.925
TOTAL	517.036	460.119

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	5.650	1,00%	10.408	2,00%
10 Maiores Depositantes	38.067	7,00%	43.079	9,00%
50 Maiores Depositantes	97.698	19,00%	93.234	20,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-369	-566
Despesas de Depósitos a Prazo	-23.325	-32.348
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-1.350	-57
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-787	-661
TOTAL	-25.831	-33.632

11.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2018		31/12/2017
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio	7.351	23.138	9.573
TOTAL	7.351	23.138	9.573

12. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central	Diversos	Diversos	22.051	5.682	24.483
Recursos do Bancoob	Diversos	Diversos	70.857	38.089	123.375
TOTAL			92.908	43.771	147.858

12.1 Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	Diversos	Diversos	4.985	-	4.985
TOTAL			4.985	-	4.985

12.2 As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2018 o montante de R\$ 8.514 mil (31/12/2017 – R\$ 9.347 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento	3.523	6.069
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	110	164
TOTAL	3.633	6.233

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

14. Outras Obrigações

14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Operações De Crédito - Iof	252	203
Operações Com Títulos E Valores Mobiliários	6	1
TOTAL	258	204

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido.

14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros	1.160	676
Resultado de Atos com Associados (a)	1.323	2.379
Resultado de Atos com Não Associados (a)	564	185
Gratificações e Participações a Pagar	176	80
Cotas de Capital a Pagar (b)	2.765	2.856
TOTAL	5.988	6.176

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	991	997
TOTAL	991	997

14.4 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	218	-
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	1.233	927
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.293	2.260
Despesa de Pessoal	1.208	1.228
Aluguéis	74	49
Assessoria Técnica	8	-
Comunicações	19	26
Propaganda e Publicidade	11	-
Segurança e Vigilância	-	106
Manutenção e Conservação de Bens	7	41
Transporte	66	48
Seguro	215	-
Plano de Saúde	10	89
Serviços Gráficos	-	6
Compensado	64	104
Seguros a Recolher	4	3
Seguros Prestamista	378	321
Provisão de cartões a Pagar	160	134
Outras Despesas Administrativas	69	105
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	2.193	1.668
Credores Diversos - País	3.481	1.475
Pendencia a regularizar	10	22
Diferença de Caixa	5	23
Pagamento a Processar	475	3

**Notas Explicativas** (em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Pendência a Regularizar Bancoob	1.315	198
Credito de Terceiros	-	1
Cooperativa Central	245	209
Valores a Pagar arrecadação	28	21
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	20	14
Taxa de Gravame a Repassar	-	3
Outros	13	5
Cheques Depositados	176	226
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	1.154	724
Fatura Sicoobcard	40	26
<b>TOTAL</b>	<b>9.418</b>	<b>6.330</b>

São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 63.859 mil (R\$54.913 mil em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

**15. Instrumentos financeiros**

O SICOOB CENTRO-SERRANO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

**16. Patrimônio líquido**

**a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	90.198	81.695
Associados	47.570	38.705

**b) Reserva Legal**

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

**c) Reserva Estatutária**

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

**d) Sobras Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2018, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a decisão foi para aumento do capital social, no valor de R\$ 6.919.

**e) Destinações estatutárias e legais**

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	24.672	17.482
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(564)	(185)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	24.108	17.297
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(13.259)	(9.513)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.206)	(865)
Fundo de Investimento social - 1%	(241)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	9.402	6.919

**17. Resultado de atos não cooperativos**

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	9.901	7.630
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.925)	(1.543)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.541)	(1.906)
Resultado operacional	5.435	4.181
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(505)	(31)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	4.930	4.150
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	(4.366)	(3.964)
Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo	564	186

**18. Provisão de Juros ao Capital**

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio no montante de R\$ 5.487 mil, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

**19. Outros ingressos/rendas operacionais**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	215	92
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	54	96
Rendas Juros Cartão de Crédito	2.736	2.487
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	326	397
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	217	124
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	1.004	479
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	1.046	824
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	32	16
Dividendos	822	767
Outras Rendas Operacionais	972	730
<b>TOTAL</b>	<b>7.424</b>	<b>6.012</b>

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcredere.

**19.1 Ingressos da Intermediação Financeira**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	711	572

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Empréstimos	61.548	62.714
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	6.967	8.624
Rendas de Financiamentos	7.019	6.255
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	691
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	2.338	763
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	4.729	2.985
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.309	1.037
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	389	83
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	1.027	515
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	4.709
Rendas c/ Tit.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	256	962
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.972	4.843
<b>TOTAL</b>	<b>96.265</b>	<b>94.753</b>

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

**20. Outros dispêndios/despesas operacionais**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-569	-789
Despesas de Descontos Concedidos	-238	-60
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-689	-482
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-328	-260
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	-10	-24
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	-6	-13
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	-536	-562
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento	-1.368	-
Outras Despesas Operacionais	-545	-161
Garantias Financeiras Prestadas	-579	-1.009
Contingências	-64	-23
<b>TOTAL</b>	<b>-4.932</b>	<b>-3.383</b>

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

**20.1 Dispendios da Intermediação Financeira**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Captação	-25.831	-33.632
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-8.514	-9.347
Provisões para operações de crédito	-36.264	-33.881
<b>TOTAL</b>	<b>-70.609</b>	<b>-76.860</b>

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso e repasses contratados.

**21. Resultado não operacional**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	41	-
Ganhos de Capital	22	16
Reversão de Provisões não Operacionais	-	1
Outras Rendas não Operacionais	34	76
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-111	-78
(-) Perdas de Capital	-5	-14
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-418	-11
(-) Outras Despesas não Operacionais	-68	-21
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-505</b>	<b>-31</b>

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

**22. Partes Relacionadas**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

**a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 31/12/2018**

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	14.696	1,37%	89
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	176	0,02%	1
<b>TOTAL</b>	<b>14.872</b>	<b>1,39%</b>	<b>90</b>
Montante das Operações Passivas	3.958	0,89%	

**b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2018:**

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	5	-	0%
Conta Garantida	112	11	1%
Crédito Rural	630	6	0%
Empréstimo	9.981	310	3%
Financiamento	1.435	8	3%
Títulos Descontados	433	2	2%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	823	0,59%	-
Depósitos a Prazo	1.662	0,41%	90% a 105% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

**Notas Explicativas** (em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$)

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97% a.m
Desconto de Recebíveis	1,16% a.m. à 3,50% a.m	1,16% a.m. à 3,50% a.m
Empréstimos	0,99% a 4,85% a.m.	0,99% a 4,85% a.m.
Crédito Rural - RPL	1,00% a 2,80% a.m	1,00% a 2,80% a.m
Crédito Rural - Repasses	2,50% a 8,50% a.a	2,50% a 8,50% a.a
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	90% a 105% CDI	90% a 105% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	3.382
Empréstimos e Financiamentos	15.715

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2018
Honorários e Cédula de Presença	1.164
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	27

**23. Cooperativa Central**

A COOPERATIVA DE CREDITO CENTRO-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO-SERRANO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CENTRO-SERRANO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL ES:

**24. Gerenciamento de Risco**

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

**24.1 Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

**24.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- análise do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

**24.3 Risco de Crédito**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

**24.4 Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

**24.5 Risco Socioambiental**

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

**24.6 Gestão de Continuidade de Negócio**

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

**25. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**26. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo

cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	147.820	136.938
Margem de Compatibilização	76.519	68.842
Índice da Basileia	24,88%	26,14%
Margem de Imobilização	66.190	62.527

**27. Provisão para demandas judiciais**

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	2.057	2.057	2.012	2.012
Outros	62	-	33	-
TOTAL	2.119	2.057	2.045	2.012

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CENTRO-SERRANO, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 139 mil.

Santa Maria de Jetibá-ES, 18 de janeiro de 2019.

**Rodrigo Calheiros de Oliveira**

Diretor Executivo  
CPF: 007.928.797-24

**Jaqueline Timm Domingos**

Diretora Operacional  
CPF: 947.282.087-53

**Wanderson Vieira da Silveira**

Contador CRC nº 016925/O-0-ES  
CPF: 099.673.817-79

**Relatório de Auditoria**

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo – SICOOB CENTRO-SERRANO

Santa Maria do Jetibá/ES

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo - SICOOB CENTRO-SERRANO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRO-SERRANO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações signifi-

Relatório de Auditoria

ficativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 8 de fevereiro de 2019.



Felipe Rodrigues Beiral  
Contador CRC MG - 90.766/O-4  
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da Cooperativa de Crédito Centro-Serrano do Espírito Santo – Sicoob Centro-Serrano, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – CNAC, datado de 8 de fevereiro de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Santa Maria de Jetibá/ES, 25 de Fevereiro de 2019.

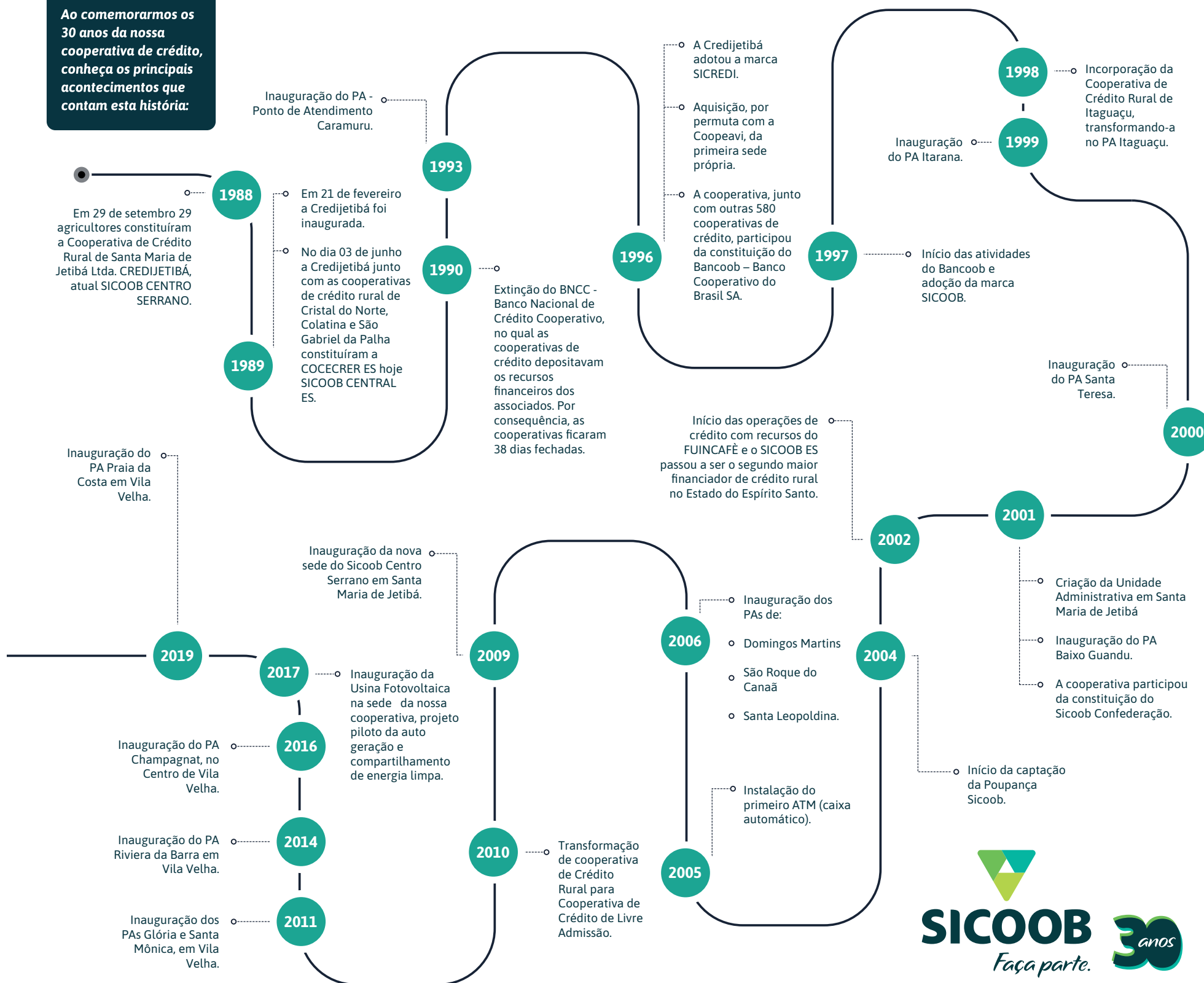
Ederson Jacob  
Coordenador do Conselho Fiscal

Elisa Klug Sperandio  
Secretário do Conselho Fiscal

Rudson Franz Rudio  
Conselheiro Fiscal - Efetivo

# O SICOOB CENTRO-SERRANO COMEMORA 30 ANOS

Ao comemorarmos os 30 anos da nossa cooperativa de crédito, conheça os principais acontecimentos que contam esta história:



**47.570**  
Associados

**R\$ 873 mi**  
de Ativos

**79<sup>a</sup>** Maior empresa do ES  
em Receita Operacional Bruta

**18<sup>a</sup>** Maior cooperativa  
em Ativos Totais do Sistema Sicoob



Feliz por você.

O Conselho de Administração e toda a equipe de Colaboradores agradecem a **VOCÊ** associado por Fazer Parte desta História.